



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 1.016, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 99, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2006, seja examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

JUSTIFICAÇÃO

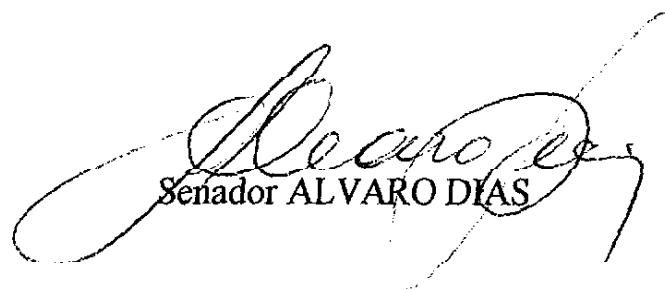
O Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2006, que *altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos ao processo de execução e a outros assuntos*, distribuído por despacho da Presidência exclusivamente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), é uma das proposições mais relevantes que, nos últimos tempos, já tramitaram nesta Casa.

Cuida esse projeto de uma verdadeira revolução na forma que pessoas físicas e jurídicas se socorrem do Poder Judiciário para ver seus créditos quitados, que, juntamente com a Nova Lei de Falências, formará um ambiente jurídico mais favorável à concessão de crédito e à redução do *spread* bancário. Vê-se, desde logo, que o projeto repercute de forma intensa na economia do País, e não pode deixar de ser analisado sob seus aspectos econômicos.

Assumidas essas premissas, é de se ver que o inciso I do art. 99 do Regimento Interno desta Casa determina o pronunciamento da CAE sobre *aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida*, e o inciso III do mesmo artigo fixa sua competência para avaliar matérias que se vinculem com *problemas econômicos do País*.

A oitiva da CAE é de extrema importância, pois não se pode tratar matérias como o PLC 51, de 2006, como problemas exclusivamente jurídicos. É imperioso que se lance um olhar econômico sobre a proposição, até para que se lhe dê a exata importância que ostenta no cenário nacional.

Sala das Sessões, 04 de outubro de 2006.



Senador ALVARO DIAS

Publicado no Diário do Senado Federal, 05/10/2006.